PROTOCOLO SIC
SECRETARIA: Secretaria da Administração Penitenciária
ASSUNTO: Pedido de informação formulado por
EMENTA: Acesso a livro ata. Inexistência de hipótese legal de restrição de acesso à informação. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 161/2019

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Administração Penitenciária, número SIC em epígrafe, para acesso a relatório de Livro Ata da Torre 3 da Penitenciária de Riolândia que contém pedido do solicitante.


3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta informou que o fornecimento das informações pode colocar em risco a segurança da sociedade de do Estado e que há inúmeros livros atas, não sendo possível a localização do desejado pelo solicitante. Cientificada, o interessado alegou que há poucos livros ata, que as informações sigilosas podem ser tarjadas e se dispõe a realizar as buscas.

4. Primeiramente, recorda-se que a Lei de Acesso à Informação estabelece procedimentos a serem observados a classificação de sigilo de informações nocivas à segurança da sociedade e do Estado, conforme o artigo 23. No âmbito da Administração Pública paulista, anote-se, a classificação de informações deve seguir os ditames previstos no Decreto nº 58.052/2012 (principalmente nos artigos 30 a 34), bem como no Decreto nº 61.836/2016 (o qual prescreve que a classificação de sigilo de informação será realizada por autoridade competente, mediante a elaboração de Termo de Classificação de Informação – TCI), e a inobservância dos mesmos resulta na invalidade da restrição de acesso, para prevalência da regra geral de transparência, em sintonia com o princípio da publicidade, apregoado pelo artigo 37 da Constituição.

5. No caso em análise, entretanto, não foi indicada a existência de qualquer TCI relativo às informações supostamente sigilosas. Deste modo, apenas a genérica justificativa da resposta oferecida mostra-se insuficiente enquanto hipótese que ensejaria eventual restrição de acesso aos documentos.
6. Em relação às buscas realizadas pelo próprio solicitante, deve-se observar que
Lei vigente assegura acesso livre a informações já existentes e custodiadas pela
Administração Pública, conforme dispõe seu artigo 11, sendo possível ao ente
público oferecer meios para pesquisa direta do interessado.

7. Deste modo, e nestas circunstâncias, desde que preservadas eventuais
informações pessoais ou protegidas por específica previsão legal, a caracterizar
alguma das restritas exceções à regra geral da transparência, mostra-se
necessário facultar consulta direta pelo interessado, sendo recomendável que o
órgão público disponibilize meios para o demandante realizar, diretamente,
pesquisa junto aos expedientes, sistemas ou bancos de dados pertinentes, para a
obtenção das informações a que pretende ter acesso, conforme previsão do artigo
11, §1º, inciso I, e 3º, da Lei nº 12.527/2011, comunicando-se local e modo para
tanto, de forma a atender à sistemática da Lei de Acesso à Informação.

8. Vale ainda destacar que, em havendo informações sigilosas em meio aos
documentos, pode-se verificar a possibilidade de seu fornecimento de maneira
“tardada”, isto é, disponibilizando-se as informações públicas e ocultando-se as
de acesso restrito, protegidas, conforme previsão do artigo 7º, §2º da Lei de
Acesso.

9. Ante o exposto, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com
fundamento no artigo 11, caput, §1º, inciso I, e §3º, da Lei de Acesso à
Informação e 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo o ente, nos
terços do § 2º do artigo 20 do citado Decreto, adotar as providências
necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta
decisão.

10. Publique-se no sistema eletrônico do SIC, para ciência dos interessados. Na
ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os
autos.

OGE, 05 de junho de 2019.

VERA WOLFF BAVA
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Maria Mário Formosa Deluín

SECRETARIA DE GOVERNO – OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
Rua: Volturino de Paiva, 790 – 10º andar – CEP: 02010-000 – São Paulo – SP – Tel: (11) 4006-0046 – WWW.ouvidoriageral.sp.gov.br